

1/7  
B

## PARECER DO AUDITOR EXTERNO

### RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014

À:

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S.JOÃO DA PESQUEIRA

Em conformidade com o disposto no Art.º 77º da Lei n.º 73 / 2013, de 3 de Setembro (Lei da Finanças Locais), cumpre-nos na qualidade de Auditor Externo nomeado por essa Assembleia, apresentar informação sobre a situação económica e financeira do Município, bem como parecer sobre a execução orçamental, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

No desempenho das nossas funções, e ainda ao abrigo do Art.º 76º da Lei n.º 73 / 2013 de 3 de Setembro emitimos a Certificação Legal de Contas, com reservas e ênfase, datada de 14 de Abril de 2015.

Procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano, efectuando as análises julgadas convenientes.

Comprovámos a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados.

Assim:

### SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Informação sobre a situação económica e financeira do Município relativa ao 2º semestre de 2014, nos termos da alínea d) do nº 2 do Art.º 77º da Lei n.º 73 / 2013 de 3 de Setembro, elaborada a partir do Balanço e Demonstração de Resultados e respectivo Anexo integrantes da prestação de contas a apresentar à ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

**Resultados Operacionais** – Em 2014 os proveitos operacionais ascenderam a **8.455.291,45** euros enquanto os custos operacionais cifraram-se em **9.170.874,14** euros, obtendo-se um resultado operacional de negativo de **715 582,69** euros. Em termos comparativos com o exercício de 2013, verifica-se que o resultado operacional obtido no exercício de 2014, teve uma perda significativa, uma vez que o aumento nos custos operacionais (+20,4%) foi bastante superior ao ritmo de variação dos proveitos operacionais (+1,3%).

Dentro das várias componentes dos resultados operacionais destacamos o seguinte:

Em termos comparativos com o ano anterior, o custo com a aquisição de bens e serviços foi de mais 68%.

A rubrica de nos Custos com o Pessoal, teve uma ligeira diminuição de 0,16%, quando comparado com o período anterior.

As Transferências e subsídios correntes aumentaram significativamente 47%, relativamente a 2013

A rubrica de amortizações do imobilizado, aumentou 13,45% que está ligada ao facto de o município vir a identificar, arrolar e inventariar os bens do imobilizado próprios ou de domínio publico cujo tratamento contabilístico gera também mais amortizações.

Do lado dos proveitos verificamos uma redução de - 5,6% , nas Vendas e Prestações de Serviços, quando comparamos com o ano anterior, mas na rubrica de Impostos e Taxas verificou-se um aumento de 24,1% . Na rubrica de Transferências e Subsídios Obtidos houve uma redução de -2,91%.

**Resultados Financeiros** – Os resultados financeiros alcançados foram negativos em 55 391,27 euros, por força dos custos financeiros suportados, nomeadamente com o serviço da dívida. Comparativamente com o exercício de 2013, verifica-se um aumento apesar da redução das taxas de juros de referencia dos empréstimos.

**Resultados Extraordinários** – Os resultados extraordinários apresentam um valor negativo de 808 947,74 euros, obtido sobretudo com o reajustamentos e reclassificações do activo imobilizado

**Resultados líquidos** – Os resultados líquidos são uma consequência dos resultados acima explicados, tendo-se alcançado um resultado negativo de 1 579 921,70 euros.

No quadro seguinte damos uma visão rápida do que descrevemos:

Ano de 2014 comparado com igual período de 2013			
RESUMO	2014	2013	variação
<b>CUSTOS</b>			
CUSTO MATERIAS VENDIDAS	724 573,38	392 775,53	84%
FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	4 117 637,24	3 296 367,77	25%
CUSTOS COM O PESSOAL	1 701 235,19	1 703 993,64	0%
TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORR C. PREST.SOCIAIS	538 680,02	364 632,29	48%
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	69,53	5 174,20	0%
AMORTIZAÇÕES	2 088 678,78	1 841 059,17	13%
PROVISÕES	0,00	0,00	#DIV/0!
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	60 010,70	61 888,74	-3%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	1 296 850,16	1 891 322,83	-31%
total custos	10 527 735,00	9 557 214,17	10%
<b>PROVEITOS</b>			
VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	858 124,97	908 996,82	-6%
IMPOSTOS E TAXAS	1 297 977,03	1 043 298,50	24%
Trabalhos para a propria entidade	91 624,00	0,00	#DIV/0!
PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00	0,00	#DIV/0!
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS	6 207 565,45	6 393 430,65	-2,9%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	4 619,43	39 744,43	-88%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	487 902,42	368 580,19	32%
total proveitos	8 947 813,30	8 754 050,59	2%

3/7  
 6

Para complementarmos a análise atrás referida, destacamos os seguintes indicadores financeiros relativos a 2014:

<b>Rácios de Liquidez</b>	
Liquidez geral	14,0%
Liquidez reduzida	10,6%
Liquidez imediata	4%

Numa actividade como a do município a leitura que se tira destes estes rácios de liquidez é pontual e referida ao último dia do ano. Pois, para fazer face às suas obrigações, o município conta, também, com as transferências do orçamento do estado que recebe mês a mês, pelo que a liquidez necessária tem-se atingido com o recebimento das transferências,

<b>Rácios de solvabilidade e autonomia</b>	
Autonomia financeira	81%
Capacidade de endividamento	87%
Cobertura do imobilizado	94%
Solvabilidade	433%
<b>Rácios economicos</b>	
Variação nos custos	10%
Variação nos proveitos	2%
Variação nos resultados operacionais	-196%
Variação nos Proveitos propios	12%

Não podemos deixar de chamar a atenção para o rácio relativo a variação nos proveitos próprios que aumenta (12%), por força do aumento do IMI, já que as vendas e prestações de serviços reduziram

De forma a aumentar o nível de informação sobre a situação financeira do Município elaboramos a partir das Demonstrações Financeiras apresentadas o seguinte mapa do serviço da dívida com fornecedores, comparativo com o ano anterior que permitiu calcular um tempo medio de pagamento (TPM) de 54 dias

Chamamos a atenção para o facto de a forma como calculamos o TPM ser diferente da forma como a DGAL o calcula.

4/2  
 \$

Outras Dividas a terceiros		31-12-2014	31-12-2013	variação
221+222	Fornecedores C/C	1 331 426,77	219 052,01	508%
228	Fornecedores - facturas em recepção	0,00	0,00	#DIV/0!
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
2611+2612	Fornecedores de Imobilizado	589 972,24	268 200,78	120%
24	Estado e outros entes publicos	50 392,89	33 076,06	52%
262+263+26	Outros credores	15 043,95	15 068,84	0%
222+2612+2	Garantias e Cauções	0,00	0,00	
		1 986 835,85	535 397,69	271%

Verifica-se um aumento global da dívida a fornecedores e outras entidades e sendo que o peso principal de refere à dívida para com às Aguas de Trás-os-Montes.

Relativamente a empréstimos bancários elaboramos o seguinte mapa que mostra a posição do endividamento bancário em 31-12-2014 e o esforço da dívida a pagar em 2015 :

Conta	Descrição	Valor		
		Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total em 31-12-2014
231211122	M/L p - CCAM	135 432,84 €	1 885 214,15 €	2 020 646,99 €
231211141	M/L p - CGD	143 046,53 €	538 153,75 €	681 200,28 €
231211231	M/L p - CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €
231211202	M/L p - CGD	22 894,72 €	80 131,50 €	103 026,22 €
231211121	M/L p - CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €
231211102	M/L p - CGD	11 638,62 €	40 735,13 €	52 373,75 €
231211201	M/L p - CGD	40 063,28 €	339 999,98 €	380 063,26 €
231211211	M/L p - CGD	39 733,36 €	374 465,48 €	414 198,84 €
231211212	M/L p - CGD	58 917,78 €	597 102,16 €	656 019,94 €
231211213	M/L p - CGD	40 557,87 €	698 785,24 €	739 343,11 €
0	0 - 0	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total Financiamentos .....</b>		<b>492 285,00 €</b>	<b>4 554 587,39 €</b>	<b>5 046 872,39 €</b>

#### Serviço da dívida para 2015

Amortização capital	Juros	Total	
135 432,84 €	12 062,84 €	147 495,68 €	CAAM
356 852,16 €	30 229,07 €	387 081,23 €	CGD
492 285,00 €	42 291,92 €	534 576,92 €	

Analisamos ainda o limite legal ao endividamento à data de 31-12-2014, tendo verificado que se encontra dentro dos limites legais

5/7  
 \$

### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Análise à execução orçamental por força da alínea e) do n.º 2 do Art.º 77º da Lei n.º 73 / 2013 de 3 de Setembro:

Relativamente a este aspecto, elaboramos o seguinte mapa de análise, com suporte nos mapas de execução orçamental elaborados pelo Município e que constam dos documentos de prestação de contas:

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 31 de DEZEMBRO de 2014									
DESPESA				RECEITA					
Corrente	Valores			%	Corrente	Valores			%
	Orçado	Pago	Varição			Orçado	Cobrado	variação	
01-Despesa com pessoal	2 159 070,00	1 690 134,88	-468 935,12	78%	01- Impostos directos	670 005,00	990 783,68	290 778,68	143%
02-Aquisição de bens e serviços	5 558 890,00	3 765 069,75	-1 793 820,25	68%	02- Impostos indirectos	40,00	39,00	-1,00	98%
03-Juros e outros encargos	83 155,00	52 250,22	-30 904,78	63%	04- Taxas multa e penal	150 675,00	196 869,63	46 214,63	131%
04-Transferências correntes	618 535,00	539 930,02	-78 604,98	87%	05- Rendimentos propriedade	405 135,00	423 761,90	16 626,90	105%
05-Subsídios	5,00	0,00	-5,00	0%	06- Transferências correntes	5 613 815,00	5 599 999,81	-13 815,19	100%
06-Outras despesas correntes	100 500,00	46 121,41	-54 378,59	46%	07-Vendas de bens e serviços	732 680,00	550 239,55	-182 440,45	75%
	<b>8 520 155,00</b>	<b>6 093 526,28</b>	<b>-2 426 628,72</b>	<b>72%</b>	08- Outras receitas correntes	150 010,00	121 661,42	-28 348,58	81%
						<b>7 727 360,00</b>	<b>7 853 374,99</b>	<b>126 014,99</b>	<b>102%</b>
Capital					Capital				
07-Aquisições de bens de capital	5 424 705,00	2 889 058,20	-2 536 646,80	53%	09- Venda de bens de investimento	811 565,00	112 630,45	-698 934,55	14%
08-Transferências e capital	1 253 400,00	965 640,87	-287 759,13	79%	10-Transferências de capital	7 211 715,00	2 524 310,67	-4 687 404,33	35%
09-Ancargos financeiros	50 000,00	38 710,19	-11 289,81	79%	12- Passivos financeiros	5,00	0,00	-5,00	0%
10-Amortização empréstimos	502 410,00	502 401,03	-8,97	100%	13-Outras receitas	10,00	0,00	-10,00	0%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0%	15- Reposições	5,00	1 875,00	1 870,00	37500%
	<b>7 230 515,00</b>	<b>4 414 610,29</b>	<b>-2 815 704,71</b>	<b>61%</b>		<b>8 023 300,00</b>	<b>2 638 816,32</b>	<b>-5 384 483,68</b>	<b>33%</b>
	<b>15 750 670,00</b>	<b>10 508 336,57</b>			16-saldo gerencia anterior	77 945,62	77 945,62	0,00	100%
						<b>15 828 605,62</b>	<b>10 570 136,93</b>	<b>-5 258 468,69</b>	<b>67%</b>
					Saldo gerencia seguinte		<b>61 800,36</b>		
<b>Análise</b>					<b>Mapa de fluxos</b>				
<b>Corrente:</b>					Actividade corrente/operacional				
Cobertura orçada da despesa		-792 795,00			Recebimentos correntes	7 853 374,99			
Cobertura realizada da despesa	(a)	<b>1 759 848,71</b>			Pagamentos correntes	6 041 276,06			
					<b>Fluxo das actividades correntes</b>		<b>1 812 098,93</b>		
<b>Capital:</b>					Actividade de capital/investimento				
Cobertura orçada da despesa		792 785,00			Recebimentos de capital	2 626 816,32			
Cobertura realizada da despesa	(b)	<b>-1 775 993,97</b>			pagamentos de capital	3 912 409,26			
					<b>Fluxo das actividades de capital</b>		<b>-1 273 592,94</b>		
Saldo do periodo	a+b	<b>-16 145,26</b>			Actividade de financiamento				
Saldo de gerencia anterior		77 945,62			Recebimentos de financiamento	0,00			
Saldo para gerencia seguinte		<b>61 800,36</b>			pagamentos de financiamentos	554 651,25			
					<b>Fluxo das actividades financeiras</b>		<b>-554 651,25</b>		
					Variação de disponibilidades		<b>-16 145,26</b>		
					Disponibilidades iniciais		77 945,62		
					Disponibilidades no final		<b>61 800,36</b>		

O mapa engloba de forma agregada, o orçamento inicial, corrigido com as modificações ocorridas durante o ano de 2014 e a comparação com a sua execução, podendo-se verificar que:

- A execução orçamental das despesas correntes foi conseguida em 72%;
- A execução orçamental da receita corrente atingiu 81%;
- A execução das despesas em capital se ficou pelos 61%
- e que a evolução da receita de capital se ficou pelos 33%.

Este mapa também comporta uma análise resumida do Mapa de Fluxos de Caixa associado à execução orçamental, no quadrante inferior direito, onde a actividade meramente financeira, pagamentos e recebimentos de empréstimos bancários, foi separada das restantes actividades correntes e de investimento, mostrando o contributo de cada uma.

No mapa seguinte desenvolvemos o referido mapa de fluxos e que não é igual ao mapa de fluxos de caixa apresentado pelos serviços porque lhe retiramos, propositadamente, as operações de tesouraria com a finalidade de só mostrar os fluxos relativos a pagamentos e recebimentos do orçamento.

6/2  
 7

<b>Demonstração de fluxos de caixa de 01-1-2014 a 31-12-2014</b>		
<b>Operações correntes</b>		
<b>Recebimentos correntes</b>		
IMPOSTOS DIRECTOS	960 783,68	
IMPOSTOS INDIRECTOS	39,00	
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	196 889,63	
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	423 761,90	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 599 999,81	
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	550 239,55	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	121 661,42	
	<b>7 853 374,99</b>	
<b>Despesas correntes</b>		
DESPESAS COM O PESSOAL	1 690 134,88	
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3 765 089,75	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	539 930,02	
SUBSÍDIOS	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	46 121,41	
	<b>6 041 276,06</b>	
<b>Resultados de operações correntes</b>		<b>1 812 098,93</b>
<b>Operações de capital</b>		
<b>recebimentos de capital</b>		
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	112 630,45	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 524 310,87	
Outras operações de capital	1 875,00	
	<b>recebimentos de capital</b>	<b>2 638 816,32</b>
<b>Despesas de capital</b>		
AQUISIÇÃO BENS DE CAPITAL	2 888 058,20	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	985 640,87	
ACTIVOS FINANCEIROS	38 710,19	
	<b>pagamentos de capital</b>	<b>3 912 409,26</b>
<b>Resultado de operações de investimento</b>		<b>-1 273 592,94</b>
<b>Operações financeiras</b>		
<b>Recebimentos financeiros</b>		
PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	
Operações de tesouraria		
	<b>recebimentos financeiros</b>	<b>0,00</b>
<b>Pagamentos financeiros</b>		
PASSIVOS FINANCEIROS	502 401,03	
JUROS E OUTROS ENCARGOS	52 250,22	
Operações de tesouraria		
	<b>pagamentos financeiros</b>	<b>554 651,25</b>
<b>Resultado das operações financeiras</b>		<b>-554 651,25</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes</b>		<b>-16 145,26</b>
Caixa e equivalentes no inicio	77 945,62	
Caixa e equivalentes no fim	61 800,36	
	<b>-16 145,26</b>	

Relativamente a este mapa chamamos a atenção para o facto de o financiamento da actividade do município ter sido conseguida sobretudo com os meios libertos pela atividade corrente, que não foram suficientes, para dentro de prazos de pagamento razoáveis ( media de 54 dias) também complementar o financiamento das despesas de capital e as amortizações e juros do serviço da dívida.

Para completarmos a análise apresentam-se alguns rácios de execução orçamental:

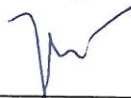
<b>Rácios de estrutura da despesa</b>	
Receita total/despesa total	1,01
Receita corrente /Despesa corrente	129%
Desp Pessoal / Despesa total	16%
Desp Pessoal / Fundos MuniCorrentes	66%
Aquis bens e Serv / Despesa Total	36%
Aquis bens e Serv / Fundos Munic Corre	148%
Serviço Dívida / Despesa total	5%
Receita de capital/ Despesa de capital	60%
Passivos financeiros/despesa total	0%
Receitas próprias/Despesa total	23%
Transfer da Ad central/Despesa Total	77%
Rec Local/Despesa total	13%
<b>Rácios de estrutura da receita</b>	
Receitas próprias/ receita total	18%
Receita cobrada localmente/Rec Total	13%
Impostos directos/Receita total	9%
Transferencias da administração/Rec Total	77%
Passivos financeiros/Receita total	0%

Verificamos ainda que em termos orçamentais o Município cumpre com o princípio orçamental do equilíbrio (129%), isto é as receitas correntes cobradas foram superiores à despesa corrente paga.

Tendo em consideração os elementos referidos nos parágrafos anteriores e considerando as reservas constantes na Certificação Legal das Contas, as Demonstrações Financeiras apresentada pelo Município, referente a 31 de Dezembro de 2014, são adequados para apreciação pela Assembleia Municipal.

Lamego, 14 de Abril de 2015.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
 Representada por:



Dr Jose Alberto Lima - ROC n.º 1075

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Município de S. João da Pesqueira

### *Introdução*

1 - Examinámos as demonstrações financeiras do Município de S. João da Pesqueira, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 38.905.620,56 euros e um total de capital próprio de 29.042.017,80 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.579.921,70 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 10.508.336,57 euros de despesa paga e um total de 10.492.191,31 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### *Responsabilidades*

2 - É da responsabilidade da Câmara Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. -----

3 - A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras. -----

### *Âmbito*

4 - Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: -----

- o a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara Municipal, utilizadas na sua preparação;
- o a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas;
- o a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; -----

2/3  
 §

- o a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e -----
- o a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. -----

5 - O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Reservas**

#### **7- Reservas**

7.1 - o Município ainda mantém em curso o processo de arrolamento, inventariação, classificação e valorização dos bens que são de domínio público, e por isso os respectivos saldos, não reflectem ainda o universo de bens, que devem constituir o seu imobilizado, pelo que não nos podemos pronunciar quanto à integralidade, à qualificação e valorização dos respectivos saldos apresentados no Balanço.

7.2 - A conta 21 de clientes, contribuintes e utentes, contem saldos em mora com mais de um ano de maturação sem que o município tenha criado provisões para cobranças duvidosas, bem como não criou provisões sobre outros riscos e encargos, cuja necessidade de constituição não pudemos verificar, pois não obtivemos resposta ao pedido de circularização a receber dos advogados

7.3 - Dado que só fomos designados como auditor externo em junho de 2014 e de o município não ter tido as suas contas sujeitas a revisão legal em 2013, nem dispor de registos permanentes de existências que permitam a realização de testes retroactivos, não pudemos formar opinião sobre as existências iniciais do exercício, o que limitou a aplicação das Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas.

7.4 - O município ainda não reconheceu nas contas, a subscrição de capital social no Fundo de Apoio Municipal (FAM), no montante de 466.951,95 euros a que está obrigado por força do estipulado na Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto, e a realizar em 7 anos com inicio no ano de 2015.

7.5 - O saldo credor da conta 22 Fornecedores apresentada no Balanço está subavaliada, pelo menos, no montante de 609.206, 45 euros, pelo que também estão sobreavaliadas os resultados líquidos apresentados nos fundos próprios e na Demonstração de Resultados.

7.6 - O saldo credor da conta 261 Fornecedores imobilizado, apresentada no Balanço está subavaliada, pelo menos, no montante de 16.005,58 euros, pelo que também estão subavaliadas a conta de imobilizações apresentada no Activo em igual valor.

### *Opinião*

8 - Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo n.º 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de S. João da Pesqueira em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e á receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

### *Ênfase*

9- As Demonstrações financeiras do Município relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2013 não foram auditadas.

Lamego, 14 de Abril de 2015



---

(A sociedade representada por: José Alberto Lima - ROC 1075)